

# Pessoal e encargos sociais levam 65%

O presidente José Sarney im-  
pôs na proposta orçamentária  
enviada ontem ao Congresso  
Nacional, o limite para os gas-  
tos com pessoal e os encargos  
sociais do setor público de 65  
por cento da receita líquida do  
Tesouro Nacional. Na monta-  
gem do orçamento da União pa-  
ra 1989, a relação não passa de  
59,6 por cento, com a projeção  
de receita líquida do Tesouro de  
Cz\$ 3,8 trilhões para as despe-  
sas de pessoal e mais encargos  
sociais de Cz\$ 2,27 trilhões, em  
valores de junho último. O mi-  
nistro do Planejamento, João  
Batista de Abreu, disse que o te-  
lo não significa mudança da  
política salarial, porém, adver-  
tiu que, em 1989, a reserva de  
contingência do orçamento —  
apenas Cz\$ 150 bilhões — não  
mais servirá para suplementar  
dotações de pessoal e encargos  
sociais.

A folha de pagamentos e en-  
cargos do Governo Federal so-  
marão, no próximo ano, Cz\$ 2,27  
trilhões, no quadro da neces-  
sidade de financiamento do setor  
público, distribuído pela Secre-  
taria do Planejamento da Presi-  
dência da República. Mas a  
mensagem do presidente Sar-  
ney ao Congresso Nacional re-  
gistra a previsão de gastos com  
pessoal de Cz\$ 2,47 trilhões, o  
que equivale a exatos 65 por  
cento da receita líquida do Te-  
souro e 24,6 por cento da despe-  
sa orçamentária global.

A União gastará ainda Cz\$  
2,31 trilhões, em valores de ju-  
nho último, com os serviços da  
dívida interna e externa, cor-  
respondente a 23 por cento do  
total das despesas. Enquanto o  
Governo não descarta a hipóte-  
se de cortar a folha de paga-  
mentos, com a transferência de  
servidores para Estados e Mu-  
nicípios ou mesmo demissão; o

próprio Sarney e também  
Abreu não vêem como reduzir  
os pesados encargos da dívida  
pública.

Sarney reconheceu que a evo-  
lução das taxas de juros e a ex-  
pansão da dívida externa pres-  
sionam os encargos financeiros  
da União: "Com a sensível re-  
dução dos fluxos de financia-  
mentos externos e a inexistên-  
cia de um aumento compensa-  
tório da receita tributária, o fi-  
nanciamento dos gastos do Go-  
verno foi assegurado mediante

MARCOS HENRIQUE



Sarney tomará decisão final

dívida mobiliária, cujos encar-  
gos equivalem a 65,3 por cento  
do total desse grupo".

A necessidade de colocação  
adicional de até Cz\$ 3,8 trilhões  
de novos papéis manterá o rit-  
mo acelerado de crescimento  
da dívida pública interna. Mas,  
de outro lado, o Governo procu-  
rará aperfeiçoar a gestão da  
sua própria dívida. O ministro  
do Planejamento, João Batista  
de Abreu, disse que a Seplan  
passará a centralizar o controle  
das dívidas interna e externa  
das empresas estatais, enquan-  
to o Ministério da Fazenda fará  
o mesmo com o endividamento  
da administração direta fede-  
ral.

Como parte integrante do or-  
çamento geral da União, o or-  
çamento das operações oficiais de  
crédito também sofreu corte de  
Cz\$ 140 bilhões em relação  
àquele em execução para este  
ano. O orçamento de crédito  
prevê dispendios de Cz\$ 2,76 tri-  
lhões, mas com impacto líquido  
de apenas Cz\$ 87,7 bilhões na  
composição do déficit público  
operacional.

Em sua mensagem ao Con-  
gresso, Sarney ressaltou que,  
apesar do "contexto fortemente  
restritivo", preservou as se-  
guintes prioridades: a) projetos  
sociais (distribuição de leite pa-  
ra crianças carentes, merenda  
escolar, distribuição do livro di-  
dático e material escolar, mu-  
tirão habitacional comunitário e  
desenvolvimento de ações de  
promoção social); b) projetos  
regionais (projeto Padre Cice-  
ro); c) projetos setoriais se-  
lecionados (atividades de ciência  
e tecnologia e irrigação no Nor-  
deste) e d) projetos vinculados  
a funções típicas federais  
(política externa e defesa nacio-  
nal).